

5,7% em termos reais em sete anos. Mas há grandes assimetrias entre as várias atividades económicas e os sectores público e privado

Banca e seguros lideram queda nos salários desde 2015

Textos **CÁTIA MATEUS** e **SÓNIA M. LOURENÇO**

Depois dos sacrifícios da *troika*, os anos desde 2015 foram de recuperação da economia portuguesa e do mercado de trabalho. Mas não foi isso que sentiram os trabalhadores das atividades financeiras e de seguros, que perderam um quarto do seu poder de compra mensal no espaço de sete anos. Desde 2015, a remuneração bruta total média por trabalhador neste sector caiu 22,7% em termos reais. É a maior queda entre todas as atividades económicas no país, indicam os dados solicitados pelo Expresso ao Instituto Nacional de Estatística (INE). Por contraponto, há sectores com crescimentos acima dos 20%. A informação do INE mostra uma elevada assimetria na evolução dos salários entre áreas de atividade, dimensão das empresas e sectores público e privado.

O salário médio bruto mensal cresceu, em termos acumulados, 22% em Portugal, entre o primeiro trimestre de 2015 e o terceiro trimestre de 2022, indicam os dados do INE, que abrangem 4,5 milhões de postos de trabalho, no sector privado (Segurança Social) e no público (Caixa Geral de Aposentações). Só que, em termos reais — considerando o impacto da inflação para avaliar a evolução do poder de compra —, o aumento ficou pelos 5,7%. É menos de 1% ao ano neste período, que corresponde, grosso modo, à governação de António Costa. Números que ajudam a compreender o foco do Executivo em assinar um acordo na concertação social para dinamizar os salários e a competitividade na economia.

Disrupção tecnológica

Por trás deste aumento de 5,7% estão, contudo, realidades diversas. Nas atividades financeiras e de seguros, o salário médio real caiu 22,7%. É a queda mais expressiva entre as 20 atividades económicas analisadas pelo INE (ver gráficos). Como se explica? João Cerejeira, economista e professor da Universidade do Minho, destaca a profunda reestruturação do negócio bancário, mas aponta outras causas: “Nos últimos anos, na banca, uma série de tarefas rotineiras, ainda que com conhecimento associada, foram substituídas por soluções tecnológicas.”

Essas mudanças levaram a que muitos profissionais seniores, com salários elevados, fossem substituídos por outros, com salários mais baixos. Em paralelo, “a progressiva perda de relevância dos sindicatos do sector fragilizou a negociação salarial” e “a crise financeira deixou cicatrizes”, vinca. O sector esteve sob pressão durante os anos da *troika* e, como contrapartida aos apoios financeiros, teve de alienar operações, fechar agências e reduzir pessoal.

Paulo Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB), confirma: “O sector perdeu nos últimos anos



mais de 20 mil trabalhadores”, entre despedimentos, reestruturações e resoluções que ocorreram na banca nacional. Ao mesmo tempo, “os novos empregos criados são com salários inferiores”. Por outro lado, admite Paulo Marcos, “as alterações legislativas introduzidas durante o período de resgate vieram tornar mais simples e mais baratos os despedimentos co-

letivos e a caducidade das convenções coletivas também limita o poder negociador dos sindicatos”.

Além das atividades financeiras e de seguros, outros sectores têm perdas expressivas do poder de compra do salário médio. É o caso do sector da eletricidade e gás (-21,5%) e da Administração Pública (-9,7%). Aliás, enquanto no sector privado o salá-

rio médio aumenta mais de 11% em termos reais desde 2015, no sector público, no seu conjunto, verifica-se uma queda de 5,2%.

O efeito do salário mínimo

No extremo oposto, indústrias extrativas (27,1%), indústrias transformadoras (24,9%), agricultura (22,1%) e alojamento e restauração (19,4%) registam os maiores aumentos na remuneração média em termos reais. São atividades “com forte incidência do salário mínimo”, nota Pedro Portugal, economista e professor da NovaSBE, que destaca que, “nos últimos anos, o principal fator que explica a subida das remunerações em Portugal tem sido o aumento do salário mínimo”.

É isso que indica o estudo “The Minimum Wage and Wage Distribution in Portugal”, assinado por Carlos Oliveira, que conclui que o incremento no salário mínimo explica 40% do crescimento do salário médio entre 2006 e 2019.

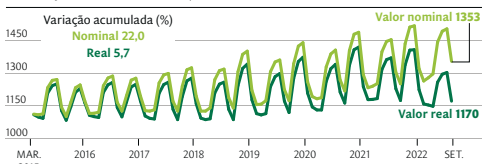
A importância do impacto do salário mínimo na subida das remunerações é visível também na análise sectorial à indústria. É no segmento de baixa tecnologia da indústria transformadora, onde há mais trabalhadores a ganhar a remuneração mínima mensal garantida, que a remuneração média mais sobe. O mesmo acontece nos serviços.

A dimensão das empresas também pesa na evolução dos salários. Em termos reais, a remuneração média aumenta desde 2015 em todas as tipologias, com exceção das maiores empresas. Nas firmas acima dos 500 trabalhadores há um recuo de 7,8%.

A este propósito, Ricardo Paes Mamede, economista e professor do ISCTE-IUL, lembra que “muitos segmentos do mercado de trabalho funcionam em situação de monopólio”. Ou seja, “os empregadores têm grande poder de mercado, com uma posição dominante”. Esta situação é “sinalizada pelos dados do INE, uma vez que é nas grandes empresas que se verifica a pior evolução nos salários”. Já os maiores aumentos são nas pequenas empresas, onde a incidência do salário mínimo tende a ser elevada.

SALÁRIO MÉDIO REAL CRESCE 5,7% EM SETE ANOS

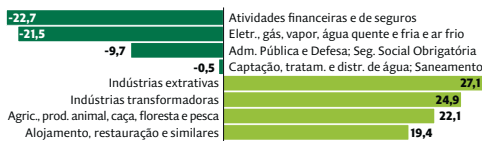
Remuneração total bruta mensal média por trabalhador em termos nominais e reais, em euros



Os valores reais correspondem aos valores nominais deflacionados, tendo em conta o Índice de Preços no Consumidor. Os valores referem-se ao trimestre terminado no mês de referência entre o 1º trimestre de 2015 e o 3º trimestre de 2022, em %

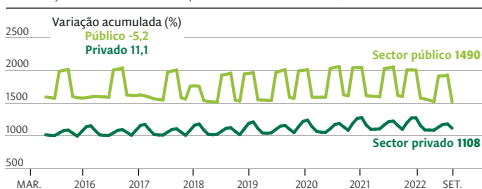
SECTORES ONDE MAIS CAI E MAIS AUMENTA O SALÁRIO MÉDIO REAL DESDE 2015

Variação acumulada na remuneração total bruta mensal média real por trabalhador entre o 1º trimestre de 2015 e o 3º trimestre de 2022, em %



SALÁRIO MÉDIO CRESCE 11,1% NO SECTOR PRIVADO DESDE 2015, MAS CAI NO PÚBLICO

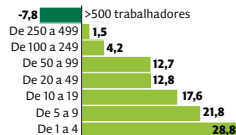
Remuneração total bruta mensal média por trabalhador em termos reais, em euros



Os valores reais correspondem aos valores nominais deflacionados, tendo em conta o Índice de Preços no Consumidor. Os valores referem-se ao trimestre terminado no mês de referência

SALÁRIO MÉDIO REAL CAI NAS MAIORES EMPRESAS

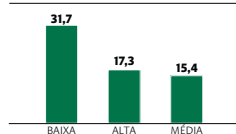
Variação acumulada na remuneração total bruta mensal média real por trabalhador*, em %



*Entre o 1º trimestre de 2015 e o 3º trim. de 2022

SALÁRIO MÉDIO SOBE MAIS NAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA

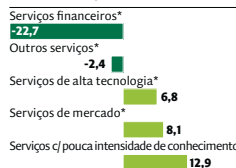
Variação acumulada na remuneração total bruta mensal média real por trabalhador*, em %



*Entre o 1º trimestre de 2015 e o 3º trim. de 2022

SALÁRIOS SOBEM MAIS NOS SERVIÇOS COM POUCA INTENSIDADE DE CONHECIMENTO

Variação acumulada na remuneração total bruta mensal média real por trabalhador*, em %



*Com forte intensidade de conhecimento

FONTES: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CÁLCULOS EXPRESSO

cmateus@expresso.imprensa.pt



A banca perdeu nos últimos anos mais de 20 mil trabalhadores. Novas contratações são feitas por salários inferiores, o que ajuda a redução do salário médio no sector

FOTO LUÍS BARRA

Porque não aumentam mais os salários?

Perda de poder dos sindicatos, contenção salarial no Estado e poder de mercado das empresas limita subidas salariais

A inflação em Portugal está em níveis que não eram vistos há três décadas, o emprego atingiu no terceiro trimestre o nível mais elevado desde, pelo menos, 2011, e a taxa de desemprego manteve-se perto do valor mais baixo desde essa altura. Esta conjugação de variáveis deveria ditar uma forte subida dos salários. Contudo, os aumentos ficam muito aquém da escalada dos preços, garantindo perdas do poder de compra.

No último verão, a remuneração bruta média mensal em Portugal aumentou 4% em termos nominais face ao mesmo período de 2021. Mas em termos reais — considerando o impacto da inflação — caiu 4,7%. Pedro Martins, professor da Nova SBE, estima, a partir dos dados dos Quadros de Pessoal — que retratam a realidade das empresas —, que 2022 “vai ser o ano de maior quebra do salário médio desde, pelo menos, 1984”.

Porque não aumentam mais os salários? Os economistas ouvidos pelo Expresso apontam vários fatores. Pedro Martins aponta que “as empresas e os trabalhadores em Portugal deixaram de estar habituados à inflação. Várias gerações não sabem o que isso é. O mercado de trabalho está ainda a ajustar-se”.

Já Ricardo Paes Mamede, professor do ISCTE-IUL, lembra que “há uma tese de que Portugal tem vindo a atingir um nível mínimo de desemprego, a chamada taxa natural de desemprego, que é um conceito polémico”. Ora, “estes dados do INE sugerem que estamos ainda longe dessa taxa, já que os salários estão a crescer muito abaixo da inflação”. Assim, para o economista, ainda há folga no mercado de trabalho.

Sindicatos menos influentes

Paes Mamede aponta outro fator que limita a evolução das remunerações: “A força negocial dos trabalhadores é muito baixa. Os que estão a ter maiores aumentos

Empresas e trabalhadores em Portugal deixaram de estar habituados à inflação

são os que beneficiam da subida do salário mínimo” (ver texto ao lado).

Paulo Coimbra, investigador do Observatório sobre Crises e Alternativas, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e membro do blogue de economia “Ladrões de Bicicletas”, aponta na mesma direção: “O contexto económico e político dos últimos anos retirou muito poder negocial

aos sindicatos.” A intervenção da *troika* “resultou em mudanças legislativas — como a caducidade da contratação coletiva — nas forças que impunham algum equilíbrio na relação desigual entre trabalho e capital”, vinca.

Já Pedro Portugal, professor da Nova SBE destaca “a queda da taxa de sindicalização, em particular no sector privado, onde não se tem visto capacidade dos sindicatos de mobilização para a greve. Os salários estão a crescer, devido ao aumento da escolaridade, redução do desemprego, envelhecimento da população ativa e aumento do salário mínimo”, porém, “não tanto como seria de esperar”, diz. Também por causa “da decisão política de contenção dos salários na Administração Pública, que influencia o sector privado”, acrescenta.

Num contexto de “pouca dinâmica da contratação coletiva”, o ajustamento dos salários “acontecerá muito à base da mudança de emprego dos trabalhadores, que é um processo mais lento”, constata Pedro Martins. Acresce que “como há alguma concentração no mercado de trabalho em Portugal, poderá não haver muita concorrência entre empregadores nas contratações, limitando a pressão salarial”, vinca, apontando mesmo para fenómenos de oclusão, ou seja “acordos tácitos entre empresas para não recrutarem trabalhadores entre si, e assim não aumentarem salários”.

Meta de Costa mais longe

O objetivo está inscrito no Programa do Governo e serviu de mote à negociação do acordo de rendimentos na concertação social: aumentar a fatia dos salários no Produto Interno Bruto (PIB), alinhando o país com a média europeia. Contudo, este ano, a evolução vai ser inversa e esse peso vai diminuir, já que as remunerações estão a crescer abaixo da economia. Paulo Coimbra e João Rodrigues, investigadores do Observatório sobre Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, fizeram cálculos. Recorrendo aos últimos indicadores mais recentes de dados da Comissão Europeia (AMECO), explicam que “em 2022, a transferência de rendimentos do trabalho para o capital será de 4,7%, traduzindo uma queda do peso ajustado da retribuição do trabalho no PIB de 2,4 pontos percentuais (de 55,7%, em 2021, para 53,3%, em 2022)”. Realçam que “esta é a maior transferência de sempre do rendimento para o capital”, mesmo considerando o período da *troika*, onde a quebra foi 1,5%. Para manter o peso da retribuição do trabalho no PIB constante, defendem, “os salários nominais por trabalhador deveriam crescer 9,3%, tanto como o crescimento do PIB nominal por trabalhador”.